

A nova história no anfiteatro das reflexões

As ciências do homem estão se dispondo a ouvir a voz da história com maior deferência, uma vez que ela parece estar alcançando aquele grau em que a sabedoria se transforma em humildade

As ciências humanas mantêm uma discussão animada, umas com as outras. As vezes, uma delas parece refluir para dentro de si mesma, dá a impressão de se afastar do bate-boca e assumir uma postura introvertida, mas logo a vemos retomar, com vigor redobrado, a troca de idéias com suas vizinhas.

Há períodos em que uma das ciências sente que tem algo de novo e importante para dizer e se impõe à atenção das demais, elevando sua voz. Mas essa situação é provisória: passado algum tempo, surgem outras colegas disputando o lugar central nos debates.

No nosso século, já tivemos momentos nos quais prevaleceu o discurso da economia política, o discurso da sociologia, mais recentemente o da linguística e o da antropologia, porém ao longo de todo o nosso tempo de vida, acompanhando toda a experiência da nossa geração, nunca deixando de ouvir - com maior ou menor força - a voz da história.

E agora, nestes últimos anos, a história está revelando uma vitalidade insuspeita; está conseguindo se fazer ouvir, com crescente interesse, pelas demais ciências do homem.

O que está nos dizendo a história, no grande anfiteatro das reflexões, pesquisas, esperanças e controvérsias científicas?

Modéstia metodológica

Na verdade, quem fala não é a história, não é a ciência da existência dos homens no tempo: quem fala são os historiadores.

Há algumas décadas, alguns historiadores começaram a manifestar preocupações novas, que os distinguem dos pesquisadores das épocas precedentes. Em torno dos anos 30, Marc Bloch e Lucien Febvre se dispuseram a averiguar a complexidade e a riqueza contraditória das representações elaboradas pelos sujeitos humanos e sublinharam o papel dessas representações nas decisões que as pessoas tomavam e nas ações que realizavam.

Paralelamente, e por caminhos originais, Ernest Labrousse questionava explicações simplistas e esquemáticas frequentes na história econômica, preconizando uma prudência metodológica adequada à compreensão dos movimentos mais sutis da vida no plano da economia.

Um pouco depois, Fernand Braudel advertiu para a necessidade de nós pensarmos com maior atenção às diferentes temporalidades da história, distinguindo entre os ritmos da "longa duração" (as mudanças que se realizam ao longo de vários séculos, lentamente), os ritmos da duração "média" (as transformações sociais) e os ritmos das modifica-

O movimento da história não é absurdo, seu sentido pode ser apreendido pelos homens que a fazem, porém, a dimensão inventiva sempre confere à realidade histórica uma riqueza de significações que escapam até aos melhores esquemas interpretativos

ções bruscas, que ocorrem nas guinadas da vida política.

O marxismo desempenhou um papel essencial nesse movimento inovador, não só pela influência que exerceu sobre os autores que acabei de citar (e que liam Marx à maneira deles, com independência e espírito crítico, mas com admiração confessada), como também através de historiadores marxistas de forte personalidade, que não se deixaram absorver pelas fórmulas doutrinárias do stalinismo: a começar por Antonio Gramsci, que concebia o marxismo como um "historicismo absoluto" e fez penetrantes observações sobre a formação dos intelectuais italianos, passando por Georges Lefebvre, Eric J. Hobsbawm, Georges Haupt, Pierre Vilar, Ernesto Ragionieri, E. P. Thompson, Issac Deutscher, até chegar a historiadores atuais importantes, como o inglês Perry Anderson, o francês Michel Vovelle e o brasileiro Ciro Flammarion Cardoso, entre outros.

O movimento, porém, desborda claramente do campo do marxismo; e envolve, de modo um tanto confuso, historiadores que se apoiam em diferentes concepções filosóficas.

A chamada "nova história" abrange reflexões críticas que se inspiram nos valores de uma certa tradição que costumamos considerar de "esquerda" (valores comprometidos com a contestação dos privilégios do poder e da riqueza) e abrange igualmente trabalhos questionadores, corajosos e sensíveis, que no entanto se realizam no âmbito de um conjunto de valores impregnados de desânimo e nostalgia (e por isso filosoficamente comprometidos com uma perspectiva conservadora).

O panorama da "nova história" inclui tanto um Carlo Ginzburg como um François Furet; tanto um Georges Duby como um Le Roy Ladurie; tanto um Jacques Le Goff como um Philippe Ariès. E ainda inclui outros historiadores, como Paul Veyne, que não se enquadram facilmente nas classificações usuais: não se prestam para a aplicação pura e simples de um rótulo designado "esquerda" ou "direita".

O que realmente importa é que, por caminhos diversos, esses autores não encampam nenhuma versão narrativa já "estabelecida" dos fatos históricos e reconhecem na matéria de seu trabalho o caráter de "história-problema".

Eles têm uma consciência muito nítida da inescrutabilidade do material que estudam e da irreducibilidade da história vivida à história escrita. O real é irreducível ao saber. O movimento da história não é absurdo, seu sentido pode ser apreendido pelos homens que o fazem, porém, a dimensão inventiva (e por isso mesmo criadora de situações



inéditas, surpreendentes) sempre confere à realidade histórica uma riqueza de significações que escapam até aos melhores esquemas interpretativos. O historiador, então, precisa buscar o rigor do conhecimento, empenhar-se em conferir a história o estatuto de ciência, mas ao mesmo tempo precisa estar pronto para rever suas teorias e relativizar os critérios em que acredita. Daí a expressão "história-problema".

Essa auto-relativização do conhecimento produzido pela "nova história" resulta numa certa "modéstia metodológica" que diminui a sua arrogância, limita sua pretensão, e no entanto - paradoxalmente - confere um interesse maior ao seu discurso, à sua "fala", àquilo que ela diz no diálogo com as demais ciências humanas.

As ciências do homem - a sociologia, a psicologia, a antropologia, a linguística, a economia política, etc. - se dispõem a ouvir a história com uma deferência maior na medida em que passam a ter a impressão de que ela está alcançando aquele grau em que a sabedoria se torna humilde.

Ideologias e mentalidades

Mas a humildade do saber não pode se manifestar apenas no tom da voz: tem que aparecer no trabalho, no esforço real pela obtenção do conhecimento, na dedicação à pesquisa. O historiador que não está confortavelmente instalado num patrimônio de conhecimentos já adquiridos enfrenta o desafio de se lançar à busca de novos conhecimentos e emprende sempre novas investigações. Quem não está satisfeito com o que sabe demonstra sua insatisfação na prática - humildemente - estudando mais.

Os historiadores mais representativos da "nova história" têm trabalhado ao fianco no exame de áreas insuficientemente exploradas da experiência dos homens. Primeiro na revisão das imagens cristalizadas, na coleta e análise dos estilhaços do passado, na observação dos fragmentos que não se deixam enquadrar facilmente nos esquemas explicativos consagrados. Depois, na formulação de novas hipóteses, no prudente encaminhamento de

novas sínteses, que se sabem sempre provisórias, porém precisam ser elaboradas para proporcionar aos homens uma certa visão de conjunto sem a qual eles não conseguem aprofundar a compreensão que precisam ter de si mesmos.

O conhecimento da realidade histórica é sempre aproximativo, mas não é inatingível. Os bons historiadores não se contentam com percepções vagas e imprecisas, camufladas com artifícios de retórica. Cabe-lhes aperfeiçoar seus instrumentos, aprimorar seus métodos, rever e corrigir seus enfoques, ampliando seus horizontes e conquistando terrenos novos.

Georges Duby - "certamente o maior medievalista vivo" - como diz Renato Janine Ribeiro - adverte para o fato de que não basta examinar as "estruturas materiais" da sociedade; é preciso dedicar "uma igual atenção aos fenômenos mentais", pois é em função da imagem que constroem para seu uso que os seres humanos fazem suas escolhas e pautam seus comportamentos.

O estudo das ideologias, por conseguinte, não pode ser empreendido com eficiência por quem acredite que o ideológico é um mero subproduto do econômico. O campo das ideologias é "singularmente vasto" e está marcado por movimentos significativos que modificam bastante a organização da vida material. Duby ensina que a avaliação das ideologias e extremamente difícil e delicada, porque uma parte delas permanece dissimulada. "As omissões formam um elemento fundamental do discurso ideológico". O historiador deve buscar, reunir e interpretar os "sinais esparsos" das ideologias. "E deve, ainda, no decorrer dessas operações, libertar-se, tanto quanto possa, das pressões ideológicas das quais ele próprio é prisioneiro".

Outra coisa: não basta estudar as ideologias na expressão mais articulada que elas assumem no pensamento daqueles que lhes dão melhor fundamentação teórica; cumpre examinar a ação subterrânea que elas podem ter, na escala da "longa duração" (Braudel), nas "mentalidades coletivas" dos seres humanos.

Jacques Le Goff escreveu: "A história das men-

talidades deve se distinguir da história das idéias, contra a qual a primeira foi, em parte, instituída. Não foram as idéias de Santo Tomás de Aquino ou de São Boaventura que conduziram os espíritos, a partir do século XIII, mas nebulosas mentais, nas quais ecos deformados de suas doutrinas, trechos empobrecidos, palavras malogradas sem contexto tiveram importância".

A história das mentalidades demonstrou sua força, na prática, através de vários livros importantes. Robert Mandrou, no livro "Magistrados e feiteiras na França no século XVII", mostrou como concepções antigas resistiram durante várias décadas à mudança da legislação, determinada pelo Tribunal de Paris, que desclassificou o crime de feitiçaria, reduzindo-o a mera charlatanice e dispensando a fogueira para os bruxos (ou as bruxas). Nas condições do "clima de sensibilidade" existente na província, e com o "instrumental mental" disponível, o espírito provinciano não entendia que as "feiteiras" deixassem de ser queimadas.

O próprio Le Goff, entre suas diversas contribuições à "história das mentalidades", fez uma descoberta curiosa: a de que a figura do diabo como chefe único das forças do mal só prelaceu em torno do ano 1000 da era cristã, em estreita ligação com a dinâmica do feudalismo; e o purgatório, como terceira instância entre o céu e o inferno, só se impôs, na Idade Média, para suavizar a contraposição maniqueísta entre o Bem e o Mal, evitando que o inferno recebesse gente demais...

A vida cotidiana

Os avanços realizados na "história das mentalidades" dependiam, em parte, de investigações na esfera da vida cotidiana. Afinal, a história não é só o conjunto de movimentos que podem ser constatados nas iniciativas políticas, nos grandes gestos de repercussão imediata, nas ações espetaculares dos líderes; ela passa também - e decisivamente! - por modificações muito lentas, quase imperceptíveis, que se dão nas condições em que as pessoas comuns vivem, na rotina do dia a dia, nas alterações "microscópicas" que se verificam na proporção em que o arcaico e o moderno se combinam na consciência dos homens do povo.

A "nova história" tem estimulado esse tipo de averiguação. Inúmeros estudos dedicados à história da vida cotidiana vem sendo realizados nas últimas décadas. A editora Hachette lançou há tempos uma coleção sobre o assunto, abordada por historiadores como Jerome Carcopino (Roma antiga), Daniel Rops (Palestina no tempo de Cristo) etc. A editora Companhia das Letras vem publicando os volumes desse série entre nós (por exemplo: "A Itália no tempo de Maquiavel", de Paul Larjaille).

Mas onde a "nova história" penetrou na área com mais ambição foi na "História da vida priva-

O estudo das ideologias não pode ser empreendido com eficiência por quem acredite que o ideológico é um mero subproduto econômico. O campo das ideologias é singularmente vasto

da", coordenada por Georges Duby e Philippe Ariès, com a colaboração especial de Paul Veyne, lançada na França pelas Editions du Seuil. O primeiro volume já foi traduzido e publicado no Brasil pela Companhia das Letras (teve tanto sucesso que já está em segunda edição). Numa resenha que saiu na revista "Isto É - Senhor" (30-5-90), Carlos Guilherme Mota sublinhou a importância da publicação. Em seguida, Luiz Felipe de Alencastro sublinhou o sentido desbravador do empreendimento, que apreendeu o interior da história das relações entre homens e mulheres, sem se perder na contemplação de aspectos pitorescos exteriores das mudanças: "Atalhando caminhos no meio da mexericagem histórica aloprada e boba, 'História da vida privada' conta ao leitor brasileiro o romance da milenar aventura dos homens e mulheres do Ocidente" (Veja, 5-6-90).

Esse primeiro volume - corretamente traduzido por Hildegard Feist - reconstituiu as lentas modificações que se operam na vida privada do Império Romano até o Império Bizantino. Paul Veyne, em sua descrição da vida privada em Roma, mostra que a criação quase não dispunha de proteção legal: podia ser abandonada por pais pobres, podia ser morta por um pai rico que suspeitasse de ter sido traído pela mulher.

O volume também demonstra que o cristianismo teve uma função extremamente significativa na suavização dos costumes, naquilo que Hegel chamou de "adoucissement de la barbarie" (assim, em francês), infiltrando na vida privada alguns princípios éticos destinados a proteger as pessoas socialmente mais vulneráveis.

E essa análise nos faz pensar. Mesmo que não concordemos com tudo que está dito no livro, devemos reconhecer que ele nos abre possibilidades novas de refletirmos sobre o nosso passado, sobre as causas profundas da vitória do cristianismo, sobre como o cristianismo adquiriu a extraordinária vitalidade que passaria a mostrar, nas épocas posteriores.

Com ele, mais um vez, o conhecimento histórico tem algo a dizer aos sociólogos, aos economistas, aos cientistas políticos, aos psicanalistas. O estudo da ação do cristianismo nas transformações históricas da vida privada, em Roma, nos alerta contra a tentação das abordagens simplistas, unilaterais. O movimento de uma grande religião não se enraíza na vida espiritual dos homens e ganha densidade cultural por acaso. Não é preciso ser religioso para reconhecer toda a extensão da sua força. Não podemos nos fixar em fórmulas como "ópio para o povo" (Marx) ou "neurose da humanidade" (Freud) para lidar com essa dimensão da nossa cultura.